

Proposta de Dissertação para financiamento  
através do "Fundo de Incentivo à Pesquisa - FUNPESQUISA"

Título:

A INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL:

A IMPLANTAÇÃO DA TV POR CABOS, UM ESTUDO DE CASO

- Dissertação de Mestrado -

Programa de Mestrado do Departamento de Comunicação  
da Universidade de Brasília - UnB

## 1. JUSTIFICATIVA

### 1.1. INTRODUÇÃO: O PROBLEMA DO MÉTODO

A primeira preocupação do presente projeto é evitar as intermináveis discussões metodológicas. Octávio Ianni ressalta que a infundável discussão das "questões preliminares" corresponde a um período de "institucionalização da sociologia" que trouxe mais prejuízos que benefícios (1). É evidente que certa problemática só se impõe a partir de determinada teoria, mas há que se ressaltar que o pensamento, nas ciências sociais, não pode reduzir-se a uma reflexão externa aos fenômenos sociais. Isto é, a investigação teórica não pode existir desvinculada da análise empírica da realidade social concreta.

A constatação mais elementar que podemos fazer acerca da realidade é que ela existe independentemente da consciência humana e, geralmente, dos desejos do homem. A luta pelo reconhecimento da realidade e de suas múltiplas facetas é a luta contra a autonomia da realidade e dos fenômenos que nela se manifestam. Conhecer a realidade é entender o homem dentro da realidade, é perscrutar o próprio ato do conhecimento como componente da realidade. Acreditamos, portanto, num conhecimento que corresponde a uma práxis: conhecer é tanto submeter a realidade, como entendermos nossa submissão a ela; é libertar-nos da realidade constatando as necessidades. Trata-se de buscar uma sociologia da práxis para conhecer a realidade social: o conhecimento surgindo vinculado às necessidades concretas da práxis social.

Outra constatação elementar é o da relatividade do conhecimento humano. A veracidade absoluta do conhecimento, a sua legitimidade, está ligada ao desenvolvimento global da ciência, da técnica e da produção que, por sua vez, estão em constante desenvolvimento. Toda verdade, assim, tem seus contornos de verdade relativa. "À medida que se vão ampliando os conhecimentos e a prática, as idéias do homem tornam-se mais exatas e aperfeiçoam-se. É por isso que as verdades científicas são relativas no sentido de que não proporcionam um conhecimento completo, exaustivo, sobre a esfera de objetos estudada e contêm elementos que, com o progresso do conhecimento humano, se modificam, são precisados, se aprofundam e são substituídos por outros. Por outro lado, cada verdade relativa significa um passo em frente na cognição da verdade absoluta; se é científica, contêm elementos, partículas de verdade absoluta. Não existe um limite intransponível entre a verdade absoluta e a relativa. A verdade absoluta é formada pelo somatório das verdades relativas. A história da ciência e da prática social confirma esse caráter dialético do desenvolvimento do conhecimento. À medida que a ciência avança, va-

descobrimo cada vez com maior profundidade e plenitude as propriedades dos objetos e as relações entre eles, vamos-nos aproximando do conhecimento da verdade absoluta, o qual se confirma através do êxito da aplicação da teoria na prática (na técnica, na tecnologia da produção, etc.)"(2). A verdade, portanto, não é apenas histórica, mas está vinculada às classes que controlam a ciência, a produção e a técnica.

" Um terceira definição importante na orientação do conhecimento é a distinção entre o método de exposição e o método de investigação. O conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna. Karel Kosik salienta esse duplo contexto dos fatos: "o contexto da realidade, no qual os fatos existem originariamente e primordialmente, e o contexto da teoria, em que os fatos são, em um segundo tempo, imediatamente ordenados, depois de terem sido precedentemente arrancados do real"(3). Assim, o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte: "O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é o movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. A ascensão do abstrato ao concreto não é uma passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional): é um movimento no pensamento e do pensamento"(4).

Enquanto a investigação é um ato criativo por natureza — é uma manifestação da natureza humana — o ato de exposição é um processo de transformação necessária do abstrato em concreto. A reprodução da realidade em caráter científico, exige um método, lógico, coerente, necessário. Na exposição o pensamento resultante da observação tem que transformar-se numa manifestação íntegra da composição da realidade: os fatos e sua essência.

Como orientação metodológica entendemos que devemos partir de uma teoria e conceitos-chaves ao investigar as feições da realidade. Mas essa teoria deve ser suficientemente ampla para não amarrar a investigação. Caso contrário, estaríamos, como é típico de uma tradição de pesquisa norte-americana, continuamente reaplicando modelos teóricos que se esgotam na simples descrição das feições exteriores da realidade.

No caso das ciências sociais, há uma distinção entre as determinações que definem grandes períodos e as condições referentes a especificidades históricas conjunturais. Por isso é preciso ir além da análise dos fatos singulares que compõem os fenômenos históricos sociais em suas particularidades. É preciso buscar a universalidade dos fatos. A partir dessa universalidade é que teremos o apoio do método científico. Daí para diante, as tarefas são essencialmente criativas.

Entendemos, inclusive, que a própria definição de hipóteses é restri-

tiva. O que temos de buscar são as leis sociológicas fundamentais para, a partir delas e com elas, operar a anatomia da realidade social. Hipóteses já são respostas acerca da realidade social. E aqui encontra-se uma quarta definição: devemos entender a realidade como uma totalidade, que só pode ser compreendida por uma análise multilateral e multifacética. Desse modo, por um lado, devemos promover a reintegração das disciplinas que, por razões históricas que aqui não cabe analisar, foram fragmentadas. Por outro lado, devemos basear-nos num modelo fundamental que apanhe aquilo que é determinante nos processos sociais. Esse modelo é o de formação econômico-social, que pode assim ser descrito:

"a) Um conjunto de relações sociais determinadas historicamente, em ligação com as forças produtivas da sociedade; todo o conjunto de estratificação social e suas formas de pensamento espontâneas mais as ideologias conscientemente elaboradas. Esses valores sociais, por seu turno, formam um conjunto contraditório dentro da *formação* mas, apesar de todas as divergências (ou por isto mesmo) constituem um todo. Este todo

b) tem como elemento constitutivo básico a conexão estrutural entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção. Estabelecido o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, pelo trabalho de mediação, as relações de produção correspondentes, tem-se um modelo, uma síntese do que entendemos por *formação econômico-social* cujas partes que a constituem

c) não nascem, desenvolvem-se e desaparecem harmonicamente, mas de forma contraditória, sendo que muitos segmentos econômicos, culturais e sociais de um modo de produção penetram como pinças, no outro, sem que isto leve a que de um ponto de vista global, o cientista social fique impedido de estabelecer, analisando as relações fundamentais e as forças produtivas que as geram, um tipo de *formação econômico-social*. Desta forma

d) muitas vezes, ou melhor, na maioria das vezes o conceito de um determinado tipo de *formação* não existe na sua pureza: relações antigas, concepções correspondentes a outro estágio persistem, exercem influência sem que isto invalide o fundamental que tipifica o modelo em confronto com os demais"(5).

A investigação parte de concepções sobre o caráter da realidade social e busca, com a análise empírica, superar a contradição entre fenômeno e essência, a relação de condicionamento entre fenômeno e essência. Por isto a teoria e os conceitos chaves de nossa investigação empírica devem ser pontos de partida da nossa pesquisa. Mas é nesse ponto de partida que devemos constatar que as leis de cada formação histórico-social tem a sua historicidade e que o nosso objeto, dentro dessa formação, é um momento, uma fração de um processo histórico que tem, ele próprio, o caráter de processo his-

tórico. Daí que a realidade é inesgotável em suas feições e o problema é como alcançar a riqueza da totalidade sem as possibilidades empíricas de sua absoluta revelação.

No caso do presente projeto, nosso objetivo é examinar um processo de introdução de novas tecnologias de comunicação de massa numa dada formação econômico-social. Para alcançar esse objetivo podemos recorrer a importantes contribuições no acompanhamento da história da técnica, da política de importações fixada pelo governo, da evolução da linguagem dos diversos veículos de comunicação, da relação entre a disseminação da tecnologia e sua relação com o poder de compra da população, só para darmos alguns exemplos. É claro que há "porções tematizadas" dessa realidade que renderão mais compreensão do que outras. Mas acaso devemos restringir-nos exclusivamente a algumas delas para alcançar os objetivos propostos? Estaremos adotando a opção científica correta ao privilegiar certa "porção" da realidade em detrimento de outra? Nessa "porção" aparentemente menos rica de explicações não poderá estar presente um grande potencial de revelação? Não é essa busca da revelação um desafio que pode ser enfrentado com uma astúcia inovadora?

Parece-nos que na impossibilidade de certezas absolutas, é importante que as premissas que orientarão nosso trabalho não sejam demasiado restritivas. E esta é, então, a reafirmação da nossa terceira definição: vamos tentar revelar a realidade proposta — um processo próprio de um período histórico — sem partir de sua canonização. Na busca de uma compreensão objetiva da realidade não renunciaremos à contribuição da subjetividade e sua capacidade de, com a imprevisibilidade que lhe é própria, fazer avançar a consciência.

## 1.2. A INVESTIGAÇÃO DE UM PROCESSO HISTÓRICO

Na aplicação do conceito de formação econômico-social devemos considerar que, no bojo de cada formação há "uma série infundável de contradições que entram em choque, criando novos problemas sociais, novos planos da realidade, cabendo ao sociólogo da práxis, em cada situação particular, procurar captar essas contradições no seu dinamismo. Há portanto momentos em que se torna mais difícil a identificação dessas contradições, quando elas se encontram em estado latente ou pouco aguçadas, constituindo ainda unidade: quando porém essa unidade se biparte (chocam-se entre si as partes), e produz uma nova unidade, o sociólogo deve estudar cada uma das suas particularidades, mostrar como cada uma delas foi superada e determinar conceptualmente as transformações que, em consequência, se verificaram na realidade social.

"Temos de ver, por exemplo, que a contradição é um princípio univer-

sal que atua em todos os aspectos da realidade social mas, em contrapartida, devemos analisar particularizadamente o caráter específico de cada contradição e o lugar do antagonismo em uma série de contradições.

"Como podemos observar, não se trata de apresentar cada modelo de formação econômico-social como algo pêtreo, congelado ou imóvel mas como elemento somente válido enquanto esquema conceptual; sua essência no entanto so poderá ser conhecida em cada particular, se os enunciados gerais se transformarem em análise pormenorizada da realidade social estudada, pois o modelo típico - insistimos - só tem validade se for analisado nos seus diversos aspectos, isto é, quando deixa de ser mera hipótese de trabalho para ser uma conclusão teórica sintética que decorre do conhecimento dos elementos fatuais estudados. Além disto devem ser estudadas as contradições que se operam em cada fase do seu desenvolvimento, as suas diversas gradações, pois é justamente da análise do choque das tendências contrárias e das características de cada uma que o sociólogo da práxis estabelecerá a direção, o devir que se apresentará como decorrência"(6).

Dentro desta linha de pensamento - em que se afirma, por um lado, a necessidade de compreensão da totalidade dos processos históricos e, por outro lado, a importância da compreensão sistemática de cada período relevante - devemos comprometer nossas pesquisas com um projeto de desenvolvimento histórico. Isto é, o nosso "tema" pesquisado só tem relevância na medida em que nos "fala" sobre o passado, o presente e o futuro: deve explicar a genese do período examinado, deve expor o caráter do presente (que envolve a própria práxis) e deve indicar-nos o devir histórico, revelando aquilo que devemos perseguir ou evitar. Agir cientificamente, nas ciências sociais, é mais do que manipular metodologias: é construir o próprio conceito de ciência comprometido com uma proposta histórica e assim assumir uma práxis autoconsciente e transformadora.

As respostas para uma pesquisa assim orientada surgirão da investigação e não do método de investigação. As hipóteses devem ser as mais genéricas possíveis, isto é, devem dispor sobre as leis gerais da sociedade e, no nosso caso, as leis gerais da sociedade capitalista. Além daí, as respostas devem ser buscadas. é evidente que existe uma enorme quantidade de pesquisas que já apresentam respostas sobre esta realidade que será analisada. Esses autores devem ser tomados criticamente como fontes, num trabalho de reconstitucao crítica, integrando dados empíricos, propostas de análise e métodos de investigação. A rigor, tudo o que foi produzido em economia, sociologia, antropologia, etc., interessa para a nossa análise. Certamente não teremos acesso a tudo e dificilmente, até, conseguiremos sistematizar o acesso tudo o que é mais relevante, Precisariamos para isso muito mais tempo e recursos

dos que existem disponíveis. Em nossa pesquisa, portanto, vamos fazer o que é possível, já que o tema parece relevante. Podemos definir como áreas de concentração de interesse, para orientação de leituras e busca de dados empíricos, o seguinte:

- A evolução da estrutura produtiva do país e especialmente a evolução dos meios de produção eletrônicos empregados na comunicação de massa.

- A estrutura de classes na sociedade brasileira, o caráter do Estado e sua relação com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

- A articulação do Estado, das classes e do sistema produtivo brasileiro com o capitalismo internacional.

- O uso institucional dos meios eletrônicos de comunicação de massa dentro deste contexto histórico.

Essa investigação deverá proporcionar respostas a problemas que estão precariamente formulados, mas que irão se constituindo com maior precisão à medida que a realidade for sendo investigada. Eis alguns deles:

- Nossa hipótese básica é de que a Tv por Cabos, nas diversas iniciativas tomadas pelo Ministério das Comunicações, seria implantada de modo a beneficiar certos interesses que hoje predominam na atual organização da radiodifusão brasileira. Caracterizar esses interesses é um dos objetivos da dissertação.

- Outro objeto da dissertação é a avaliação da capacidade de reação da sociedade civil frente às iniciativas que beneficiariam alguns grupos capitalistas em detrimento dos interesses populares. Podemos adiantar que essa capacidade de reação tem sido muito pequena e que há necessidade premente da criação de mecanismos institucionais que viabilizem essa participação da sociedade civil na formulação de políticas de comunicação.

- A análise das propostas de institucionalização da Tv por Cabos no Brasil assumidas pelo Ministério das Comunicações é outra das metas da dissertação.

- Uma análise das conseqüências do acelerado desenvolvimento da microeletrônica, tanto sobre as possibilidades técnicas da Tv por Cabos e seus serviços complementares, como sobre os interesses estratégicos dos grupos econômicos dominantes na área é outro objetivo da dissertação.

- Identificar as diversas contradições existentes em torno da implantação da Tv por Cabos e os interesses de classe suscitados por essa tecnologia também é um objetivo da dissertação.

- Finalmente, a análise dos fatos pesquisados deverá subsidiar a formulação de propostas de políticas nessa área e de meios que viabilizem a participação da sociedade civil no debate da implantação de novas tecnologias de comunicação.

## 2. ESPECIFICAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. A NATUREZA DA COMUNICAÇÃO

A capacidade de comunicar distingue o homem na natureza. Entre os demais seres vivos também são verificados processos de comunicação, com variados graus de complexidade. Mas são os seres humanos possuem a habilidade da *telecomunicação*, isto é, a comunicação à distância, que supera os limites do contato interindividual. Na *telecomunicação* os seres humanos se valem de um substrato físico que adquire sentido ao ser colocado em relação social.

A comunicação humana, única na natureza com suas características próprias de mediação, especializa-se com o desenvolvimento técnico. É sob o capitalismo, com o desenvolvimento da eletrônica, que a *telecomunicação* supera simultaneamente as fronteiras do tempo e do espaço. É sob o capitalismo, portanto, que a comunicação humana adquire viabilidade técnica para sua potencialidade mais radical: realiza sincronicamente a comunicação interindividual sem a presença física dos indivíduos.

As multiplicadas possibilidades de *telecomunicação* que foram desenvolvidas desde o século passado, transformaram radicalmente a natureza humana. As novas formas de fixação e transmissão da cultura criaram um novo homem. A capacidade da *telecomunicação*, algo específico das últimas décadas, é um dado das transformações da objetividade e da subjetividade humana. Engendradas no contexto das relações sociais que o homem mantém no modo de produção capitalista, nada mais compreensível que essas revolucionárias possibilidades técnicas reproduzissem a lógica dessas relações. As inovações tecnológicas aplicáveis ao modo de produção da comunicação são resultado, portanto, do febril desenvolvimento capitalista que transformou o mundo desde o século passado. Mas, por outro lado, constituem instrumentos de construção, não são do capitalismo, como também da própria humanidade.

As novas técnicas de comunicação ampliam as possibilidades do homem estabelecer relações sociais: tornam mais complexa a sociedade ao multiplicar as possibilidades de contatos humanos. As técnicas de *telecomunicação* criam uma nova socialidade. A operação dos meios técnicos de produção da comunicação passam a constituir função especializada na sociedade. Milhões de pessoas, em todo o mundo, dedicam-se especificamente à atividade de produzir práticas de comunicação. Outros milhões dedicam-se à produção de recursos



técnicos que viabilizam essas práticas. A *telecomunicação* impregna o cotidiano da maioria dos seres humanos. A comunicação é para o homem do século XX, portanto, um fenômeno ao mesmo tempo novo e vital.

Frente ao fenômeno contemporâneo da comunicação de massa, e especialmente da *telecomunicação*, as tentativas de explicá-lo tendem a ficar na mera descrição. Assim como os economistas clássicos não conseguiram ir além da descrição das características que marcaram o modo de produção capitalista emergente, os teóricos da comunicação tem ficado no mero registro da manifestação dos fenômenos. O modo de produção da comunicação no capitalismo e as relações geradas nesse processo de produção até hoje tendem a ser encaradas como inerentes à natureza humana. A des-historização da comunicação impedia uma compreensão da profundidade das transformações da humanidade que se operaram com o surgimento das técnicas de comunicação. Isto é algo que tentaremos evitar em nossa dissertação.

## 2.2. CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS -DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Podemos situar a existência de duas ordens de determinação no estabelecimento e no desenvolvimento das funções das tecnologias de comunicação de massa no Brasil: as de ordem estrutural e as de ordem superestrutural.

### 2.2.1. Condições Estruturais

Em primeiro lugar, existem as determinações provocadas pela vinculação das tecnologias de comunicação de massa ao sistema produtivo, que impõem um padrão de desempenho correspondente às diversas formas de reprodução do capital. Atualmente a radiodifusão comercial desempenha uma função básica de estimulação de mercado. Esse papel, resultante do modo privado comercial de produção da comunicação, estabelece exigências para a introdução de novas tecnologias. Mais do que isso, as novas tecnologias tendem a incorporar a racionalidade desse modo de produção marcado pela concentração do capital e pela dinâmica de mercado. Esse papel econômico das tecnologias de comunicação, entretanto, suscita sérias contradições entre as diversas perspectivas de classe que apontam diferentes finalidades sociais, mesmo no âmbito de uma sociedade capitalista.

### 2.2.2. Condições Superestruturais

Em segundo lugar, sobre as tecnologias de comunicação incidem atribuições institucionais que refletem o grau de autonomia concedido pelo Estado aos diversos grupos ou classes sociais envolvidos no modo de produção da comunicação. Não há dúvida de que a ingerência do Estado sobre as tecnologias de comunicação, ao exercer o controle institucional, se orienta no sentido de aumentar ao máximo a sua funcionalidade e adequação ao modo capitalista de produção, mesmo em seus traços conjunturais. Os mecanismos institucionais criados para garantir essa racionalidade capitalista são particularmente sensíveis no caso da radiodifusão. Em parte porque o rádio e a televisão se valem, na sua operação, de um recurso natural de domínio público que é o espectro eletromagnético. Mas a evidente importância dos mecanismos institucionais deve-se, principalmente, a que as possibilidades técnicas de alcance social da radiodifusão são muito superiores a outras tecnologias de comunicação. A pretexto de disciplinar o "interesse público" envolvido, foram criados mecanismos institucionais que condicionam a organização econômica da radiodifusão e permitem ao Estado o controle político das emissoras.

### 2.3. DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS ELETRÔNICAS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA NO BRASIL

Em nossa dissertação analisaremos a evolução das tecnologias eletrônicas de comunicação de massa através da história do Brasil, desde o seu surgimento, no início do século. Para sintetizar essa análise, distinguimos aqui três períodos básicos que caracterizaremos a seguir.

#### 2.3.1. Desenvolvimento Limitado: 1919-45

O capitalismo brasileiro, nesse período, apresenta limitadas possibilidades de desenvolvimento para os veículos de comunicação de massa no Brasil. Essas limitações decorrem, principalmente, da inexistência de pressões econômicas significativas para um grande desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. O desenvolvimento dos veículos de comunicação de massa, nesse período, está mais subordinado às necessidades políticas do que às econômicas. As limitações são o resultado dos condicionamentos estrutura-

is, impostos pelo sistema produtivo, que restringem economicamente as possibilidades de expansão. Essa situação dura da "interiorização" das tecnologias, através da importação de equipamentos no início do século, até a constituição de um sistema nacional de emissoras de rádio, a partir da década de 40. Desde a década de 30 a importância política e cultural da radiodifusão cresce progressivamente. Mas as limitações estruturais são evidentes.

A imprensa nesse período, por exemplo, se ressentia de verbas publicitárias reduzidas, das dificuldades para a distribuição em larga escala (estadual e interestadual), do elevado nível de analfabetos existentes e do custo dos jornais que eram proibitivos à maioria da população.

A radiodifusão, por outro lado, também enfrenta o problema das limitações dos investimentos publicitários, resultante das características quantitativas e qualitativas do sistema produtivo. Sofre ainda a impossibilidade de expansão para além das zonas atendidas por energia elétrica, o que também expõe as limitações do sistema produtivo. Sobre este aspecto, vale ressaltar que em 1945 quase a metade das ligações domiciliares de energia elétrica situavam-se nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para o desenvolvimento da radiodifusão existia ainda o problema do custo dos receptores, também inacessíveis à maioria da população.

### 2.3.2. Franco Desenvolvimento: 1945-82

O capitalismo brasileiro, nesse período, não só oferece estímulos a uma ampla expansão dos meios de comunicação de massa, como também os convoca para importantes funções no seu modelo cultural, política e econômica. A partir desse período, os aspectos políticos, culturais e econômicos aparecem mais firmemente interligados nas funções desempenhadas pelos meios de comunicação de massa, afirmando-se o predomínio dos aspectos econômicos. Essa fase inicia com o processo acelerado de internacionalização da economia, verificada desde a queda de Getúlio, em 1945. Essa fase prossegue com o agudo processo de industrialização levado a efeito pelo governo Juscelino Kubitschek e se prolonga até nossos dias, com a continuidade do processo de dinamização e de "modernização" do capitalismo brasileiro.

Nesta fase são realizados pesados investimentos em infraestrutura e é incentivado o aporte de capital estrangeiro. Um dos resultados da adoção de uma economia de mercado é a gigantesca ex-

pansão do mercado publicitário que impulsiona a imprensa e a radiodifusão, dando contornos definitivos ao modo privado comercial de produção da comunicação que predomina até hoje no-Brasil.

A radiodifusão aproveita a expansão da infraestrutura, com aumento da difusão da energia elétrica e a produção industrial em larga escala de receptores e seus componentes, o que permite uma redução dos custos por unidade, tornando mais acessíveis os aparelhos de rádio e depois os de televisão.

Prosseguindo uma tendência iniciada com o processo de internacionalização da economia, retomado vigorosamente após a queda de Getúlio em 1945, o capital estrangeiro passou a influenciar cada vez mais os meios de comunicação de massa, através da presença publicitária ou mesmo da corrupção direta. Na década de 50, o capital estrangeiro financiou os meios de comunicação de massa em troca de campanhas favoráveis a seus interesses, como a movida contra a nacionalização do petróleo. Na década de 60, o capital estrangeiro não só financiou enormes campanhas contra o governo João Goulart mas investiu diretamente - e contra as determinações da Constituição brasileira - na construção de um sistema nacional de comunicação: a Rede Globo.

Através do período, verifica-se não só uma expansão quantitativa dos meios de comunicação de massa, mas também a criação, na década de 60, de verdadeiros sistemas nacionais de comunicação integrando o país de sul a norte, graças aos volumosos investimentos públicos realizados na área de telecomunicações. A criação de um sistema nacional de comunicação eletrônica possibilitou a estimulação de um mercado nacional unificado e a difusão de uma ideologia afinada com um regime politicamente autoritário. Ambas as funções são coerentes com a imposição de um modelo econômico concentrador de renda e contrário aos interesses da maioria da população.

O modelo de desenvolvimento adotado a partir de 1964 foi decisivo para a concentração do capital e da tecnologia na área da comunicação de massa, estimulando a concentração vertical (número de veículos por empresa) e horizontal (empresas que atuam em diversos ramos da comunicação de massa). Desde então, o modo privado comercial de produção da comunicação é apontado como o "modo natural" da comunicação de massa existir.

O desenvolvimento dos sistemas nacionais de comunicação corresponde a um fenômeno social novo: a multiplicação das facilidades de comunicação aumenta a importância dessa função social. A *telecomunicação* - tomada aqui na acepção ampla do termo - isto é,

a comunicação à distância, está cada vez mais presente no cotidiano dos indivíduos. As tecnologias de telecomunicação multiplicam as possibilidades de relação social e transformam a sociedade. A "modernização" econômica, política e cultural da sociedade brasileira tem nos meios de comunicação de massa um instrumento fundamental.

### 2.3.3. A Revolução Tecnológica

A disseminação das facilidades de telecomunicação e a importância que passam a ter no cotidiano dos indivíduos é consequência direta do imenso e acelerado desenvolvimento técnico. A miniaturização dos equipamentos, o barateamento dos custos e aumento da qualidade dos sistemas de transmissão e recepção incorporam definitivamente as tecnologias de comunicação à vida do homem contemporâneo. O desenvolvimento da microeletrônica, com circuitos de dimensões mínimas que integram um número cada vez maior de componentes, forneceu a base técnica dessa evolução. A integração das facilidades de telecomunicações e informática, gerando a *telemática* - para nos fixarmos na designação francesa - abre possibilidades antes só existentes na ficção científica.

A televisão por cabos é uma técnica antiga, tendo surgido nos EUA no final da década de 40 para solucionar problemas de recepção em áreas topograficamente acidentadas ou que sofrem problemas com tempestades de neve. Nos EUA e em diversos outros países, especialmente a partir do final da década de 60, a tecnologia da TV por Cabos, entretanto, ocorre dentro dos limites técnicos da TV convencional eletrônica, embora envolva até a criação de sistemas de televisão bidirecional. Até os primeiros anos da década de 70, surgiram centenas de sistemas de TV por Cabos em todo o mundo. Mas o grande problema continua sendo o alto custo de implantação das redes de cabos que constituem a infraestrutura técnica do sistema.

No Brasil, já em 1974 existe um projeto de implantação da TV por Cabos que surge como consequência das pressões de interesses econômicos predominantes na radiodifusão brasileira: das empresas privadas comerciais que controlam as emissoras; da indústria eletrônica que fabrica equipamentos, componentes e receptores; e do mercado publicitário. O modelo institucional para a TV por Cabos brasileira, apresentado pelos grupos econômicos que pressionavam sua implantação, era no fundamental uma mera transposição

do modelo jurídico da Tv Convencional. Essa forma de implantação suscitou contradições que foram agravadas pelo caráter conspiratório das gestões que estavam sendo conduzidas pelo Ministério das Comunicações em conjunto com alguns grupos econômicos. A reação contrária à forma de implantação pretendida por esses interesses veio principalmente de outros grupos econômicos que ficaram fora da partilha de vantagens que o Ministério das Comunicações promovia.

A dificuldade de conciliar os interesses dos grupos econômicos e dos setores da sociedade civil que começam a se manifestar provocou adiamentos sucessivos na institucionalização da Tv por Cabos. A situação arrasta-se até nossos dias. No decorrer desse processo, o desenvolvimento da microeletrônica seguiu um ritmo alucinante. Ano após ano, os circuitos apresentaram uma integração cada vez maior de componentes e foram desenvolvidos microprocessadores que constituem unidades inteiras de operação lógica em uma única peça. O desenvolvimento das técnicas de transmissão digital permitiu uma maior utilização da capacidade das redes de telecomunicações. Com esse progresso técnico, tornou-se antieconômica a instalação de redes especiais de Tv por Cabos: as novas redes devem integrar todos os sistemas de comunicação e de transmissão de dados, constituindo-se assim as redes de telemática.

Esse rápido desenvolvimento técnico torna complexa a situação no Brasil. Rapidamente surgem novas modalidades de serviços de telemática e é cada vez mais difícil para os setores da sociedade interessados o acompanhamento da evolução da técnica e das conseqüências sociais da implantação de novas tecnologias. Tornam-se igualmente complexas, nesse contexto, as relações internacionais e as perspectivas de evolução do capitalismo. Um novo período do capitalismo foi iniciado. Os principais países periféricos do mundo capitalista, como o Brasil, já não são meros receptáculos dos bens de produção e de consumo obsoletos nos países centrais. A racionalização tecnológica do modo de produção tem que se dar cada vez mais rápida, tanto nos países centrais como nos periféricos. Esse parece ser um requisito básico para superação do quadro de crise econômica do mundo capitalista ocidental: a reciclagem tecnológica é decisiva para, através de um aumento da produtividade, serem retomadas as taxas de acumulação. As novas tecnologias de comunicação certamente se adequam à essa racionalidade do desenvolvimento capitalista. E o modo como isto está se dando e como se dará essa adequação é um dos objetos centrais de nossa dissertação.

### 3. ORIGEM DOS DADOS

Na pesquisa que fornecerá elementos à dissertação e complementarã nossa experiência pessoal no acompanhamento da matéria - inclusive com a participação na luta política contra as formas de implantação da Tv por Cabos que vem sendo propostas - consultaremos diversas fontes, entre as quais destacamos:

- Os documentos oficiais sobre política de comunicação e informática produzidos por órgãos do Governo.

- Material jornalísticos sobre a matéria, em períodos de grande público e especializados.

- Entrevistas com pessoas ligadas à órgãos do Governo, aos grupos econômicos envolvidos na implantação de novas tecnologias de comunicação e com os setores da sociedade civil interessados na matéria.

- Pesquisa bibliográfica sobre a história brasileira contemporânea, de modo a contextualizar corretamente os fatos que estão sendo analisados.

#### 4. CRONOGRAMA

Para a realização da dissertação observaremos o seguinte cronograma:

- Até abril de 1983, concentração de esforços na pesquisa bibliográfica e de material jornalístico.
- Até maio de 1983, realização de entrevistas que complementem os dados até então coletados
- Até junho de 1983, pesquisas complementares.
- Até o início de agosto de 1983, redação final.
- Até o final de setembro de 1983, defesa da dissertação perante a Banca.



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) IANNI, Octávio. Sociologia da sociologia latino-americana. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971, p. 12.
- (2) ROSENTHAL, M.M. & IUDIN, P.F. Dicionário filosófico. Lisboa, Ed. Estampa, 1972, v. V, p. 177-8.
- (3) KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 48.
- (4) Ibidem, p. 29-30.
- (5) MOURA, Clóvis. A sociologia posta em questão. São Paulo, Ciências Humanas, 1978, p. 65.
- (6) Ibidem, p. 60-1.
- (7) MORIN, Edgar. O paradigma perdido - a natureza humana. Lisboa, Publicações Europa-América, 1975, p. 42-3.
- (8) Ibidem, p. 27.
- (9) FERNANDES, Florestan. Elementos de sociologia teórica. São Paulo, Ed. Nacional, 1974, p. 78.
- (10) Ibidem, p. 82.

6. BIBLIOGRAFIA DO PROJETO

- 1 - A HISTÓRIA que não foi contada. AESP em revista, São Paulo, 3, p. 3-5.
- 2 - AMARAL, Luiz. Técnica de jornal e periódico. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969.
- 3 - ALMEIDA, Mauro. A comunicação de massa no Brasil. Minas Gerais, Ed. Júpiter, 1971.
- 4 - BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil; (dois séculos de história). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- 5 - BASBAUM, Leôncio. História sincera da República; 1889 a 1930. 4. ed. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.
- 6 - BOLETIM TELECOM. As atividades da Siemens no Brasil. São Paulo, Revista Antenna, 73 (3): 233-234, 1975.
- 7 - BOLETIM TELECOM. Homenagem ao fundador da "Telecon". São Paulo, Revista Antenna, 71 (6): 502, 1974.
- 8 - CALDAS, Waldenyr. Acorde na madrugada; música sertaneja e indústria cultural. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
- 9 - CAPARELLI, Sérgio. Indústria cultural nos países subdesenvolvidos. Inédito.
- 10 - 50 ANOS de tentativas. Veja, São Paulo, 29 set. 1976. p. 119, 120, 122, 123.
- 11 - FLEUR, Melvin L. De. Teorias de comunicação de massa. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1971.
- 12 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PADRE LANDELL DE MOURA - FEPLAN. O homem que apertou o botão da comunicação. Rio Grande do Sul, Ed. Feplan, 1975.
- 13 - IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil; (1930-1970). 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- 14 - IANNI, Octávio. Imperialismo e cultura. Petrópolis, Vozes, 1976.
- 15 - LOPES, Saint-Clair. Rádiodifusão hoje. Rio de Janeiro, Ed. Temário, 1970.
- 16 - MURCE, Renato. Bastidores do rádio; fragmentos do rádio de ontem e de hoje. Rio de Janeiro, Imago Ed. Ltda., 1976.
- 17 - MOTA, Carlos Guilherme, comp. Brasil em perspectiva. 5. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

- 6 - OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, Estudos Cebrap, 3, 1975.
- 7 - PEDIDO de informações à Câmara sobre a concessão de um canal de televisão à Rádio Globo. Correio do Povo. Porto Alegre, 18 set. 1955.
- 8 - PEREIRA, Osny Duarte. Ferro e independência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- 9 - PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 4. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956.
- 10 - REVISTA ANTENNA. O rádio no Brasil há meio século; edição histórica comemorativa. Rio de Janeiro, 1976. Número especial.
- 11 - SCHILLER, Herbert I. O império norte-americano das comunicações. Rio de Janeiro, Vozes, 1976.
- 12 - SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 5. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970.
- 13 - SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977.
- 14 - SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 15 - SODRÉ, Nelson Werneck. Brasil: radiografia de um modelo. Rio de Janeiro, Vozes, 1975.
- 16 - SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. História da República brasileira; nasce a República; 1888-1894. São Paulo, Ed. Três, 1975, v. 1.
- 17 - SILVA, Hélio. História da República brasileira; o primeiro 5 de julho; 1920-1922. São Paulo, Ed. Três, 1975, v. 5.
- 18 - SILVA, Hélio. História da República brasileira; começa a revolução; 1923-1926. São Paulo, Ed. Três, 1975, v. 6.
- 19 - TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- 20 - TEXTOS da época e segredos desvendados. Isto É, São Paulo, 9 nov. 1977. Documento, p. 46.